

Portugal não mediu o impacto do acordo UE-Mercosul. “Dever-se-ia ter usado mais ciência”

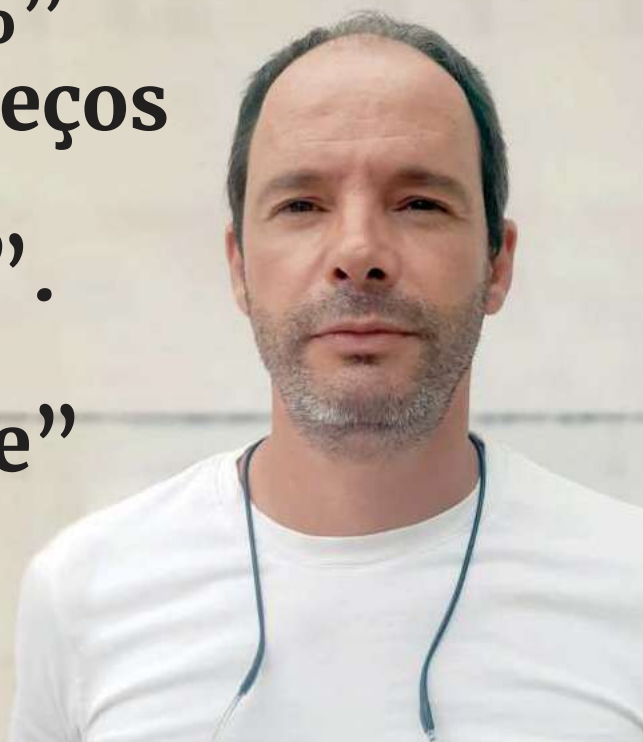
Págs. 4-5



Foto Créditos CE

Preços ao consumidor “subiram 6%” em 2025 e preços à produção “caíram 11%”. CNA pede “proatividade” à ASAE

Págs. 2-3



União Europeia-Mercosul: “Há risco de concorrência desleal”

Pág. 6

Observatório da Vinha e do Vinho de fora da ViniPortugal

Pág. 6

Tempestade Kristin: Suinicultura com prejuízos de 220 milhões

Pág. 8

CNA ALERTA QUE O RENDIMENTO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA DEVERÁ BAIXAR 10,7%

Preços ao consumidor “subiram 6%” em 2025 e preços à produção “caíram 11%”. CNA pede “proatividade” à ASAE

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@grupovidaeconomica.pt

Vida Económica – Participou, a 13 de janeiro, em nome da CNA, na reunião da Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Agroalimentar (PARCA), estrutura que já não reunia desde dezembro de 2024. Que impressões retirou do encontro?

José Miguel Pacheco – Houve três grandes temas em análise. O primeiro foi a análise da situação dos mercados (inflação, mercado internacional), o segundo foi uma análise à diretiva das Práticas Comerciais Desleais na cadeia agroalimentar e depois os temas relacionados com a segurança e o abastecimento alimentar.

VE – Quanto ao primeiro tema, o que realça?

JMP – Relativamente a esse assunto, foi referido pelo GPP [Gabinete de Políticas e Planeamento do Ministério da Agricultura] que a inflação nos produtos alimentares tem subido mais em Portugal do que ao nível da União Europeia.

VE – Há dados objetivos sobre isso, de que a inflação é mais acentuada em Portugal do que noutros países da UE?

JMP – Sim, sim. E, relativamente aos custos com a habitação e a saúde, mas principalmente a questão da alimentação e os produtos não transformados, a subida tem sido até mais elevada que na habitação. Isso foram duas referências do GPP. Relativamente ao posicionamento da CNA, o que dissemos é que muitas vezes mais vale fazer uma avaliação do mercado do que fazermos futurismo, porque as coisas estão sempre a mudar. Fizemos uma avaliação do ano de 2025, porque o que constatamos é que houve um aumento, no índice dos preços dos produtos alimentares ao consumidor, em 6%, desde dezembro de 2024 a dezembro de 2025, sobretudo nos produtos não transformados, enquanto o índice dos preços pagos ao produtor baixou onze pontos percentuais.

VE – Baixou onze pontos percentuais?

JMP – Onze pontos percentuais, sim, desde dezembro de 2024 até setembro de 2025. Ainda não há [à data da entrevista] mais dados do INE [Instituto Nacional de Estatística].

VE – E esses números querem dizer o quê?

JMP – Isto quer dizer que temos um aumento dos preços no consumidor, enquanto, ao mesmo tempo, baixam os preços pagos ao produtor.

José Miguel Pacheco diz que a Associação Portuguesa das Empresas de Distribuição (APED) “não gosta de ouvir” a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) quando esta lhe lembra que os preços dos alimentos estão a subir, os preços pagos à produção estão a baixar e os lucros das empresas da distribuição “estão sempre a disparar”.

O dirigente da CNA olha, porém, para os números do INE e constata: “Em 2025, houve um aumento de 6% no índice dos preços dos produtos alimentares ao consumidor”, sobretudo nos produtos não transformados (frutas, legumes, carne, ovos e outros), mas o índice dos preços ao produtor “baixou onze pontos percentuais”. O dirigente da CNA pede mais “fiscalização e proatividade” à ASAE e atira: “Não estejam só à espera das denúncias”.



José Miguel Pacheco, dirigente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA)

VE – Está a falar de que produtos, em particular?

JMP – Estamos a falar de produtos não transformados, ou seja, frutas, legumes, carne, ovos, tudo isso.

VE – Portanto, o preço de venda ao público está a aumentar, mas o preço pago aos produtores está a baixar?

JMP – Está a baixar. Estes dois índices é o que nos mostram. Em relação ao índice

dos preços ao consumidor, desde dezembro de 2024 e até dezembro de 2025, subiu 6%. São dados do INE, são dados objetivos. Relativamente aos preços no produtor, até setembro de 2025, já tinham baixado 11%. E depois observamos a questão do rendimento. Já há dados provisórios relativamente ao rendimento da atividade agrícola em 2025 e aquilo que indicam, segundo o INE, é que o rendimento deverá cair 10,7%. São dados que saíram em meados de dezembro, provisórios, para 2025.

VE – Fala dos dados do rendimento da atividade agrícola, publicados pelo INE, é isso?

JMP – Sim, do rendimento da atividade agrícola. E há uma perda significativa. Em 2024, o rendimento da atividade agrícola tinha subido, fruto, muito, da acumulação dos subsídios que, recorde, transitaram de 2023 e foram pagos só em 2024. E acumularam-se custos também em 2024. E isso fez com que o rendimento da atividade agrícola em 2024 tivesse sido elevado, na casa dos 14%, mas, em 2025, há uma perda de rendimento.

Aquilo que nós dizemos é que, analisando o ano de 2025 relativamente ao custo dos alimentos, há um aumento no consumidor, há uma baixa no produtor e há uma quebra significativa do rendimento dos agricultores no ano passado. E continuamos parados. A APED [Associação Portuguesa das Empresas de Distribuição] não gosta que digamos isto, mas todos os anos temos a apresentação dos resultados relativamente às grandes multinacionais na área da distribuição e sentimos que eles estão sempre a disparar.

VE – Perante estes números em cima da mesa – preços de venda ao público dos produtos não transformados, preço pago aos produtores e valor do rendimento da atividade agrícola –, o que é que o Governo (Ministério da Economia e Ministério da Agricultura) vos disse na reunião da PARCA?

JMP – O Governo constata que há, de facto, um aumento significativo dos custos, porque houve também uma análise ao estudo do mercado e a apresentação do estudo de fileira da Pera e da Maçã e constatou-se que, em termos de distribuição de riqueza gerada ao longo da cadeia, há aqui desfasamentos. E que há, de facto, o elo mais fraco, que é sempre a produção, em que as margens são sempre muito limitadas.

VE – Mas houve alguma proposta no sentido de alterar este estado de coisas?

JMP – Não. O que houve veio na sequência, depois, do ponto dois [da ordem de trabalhos da reunião da PARCA], que teve a ver com [o relatório da] avaliação da aplicação da Diretiva das Práticas Comerciais Desleais na UE no período 2021-2024. E há propostas de alteração, mas são propostas da Comissão Europeia. Ou seja, da parte do Governo, nesta reunião, não ouvimos nenhuma proposta em concreto. Nem foi discutida, nem foi levada à reunião, qualquer tipo de proposta. Tratava-se de analisar a situação do mercado, de falar da questão da diretiva das práticas comerciais desleais e desta avaliação ao período de 2021-2024.

VE – Sim, a Comissão Europeia emitiu a 1 de dezembro de 2025 uma “Avaliação da Diretiva Práticas Comerciais Desleais”.

JMP – É um relatório que nós saudamos e que teve pouco destaque na comunicação social. Nessa avaliação, a Comissão, repetidamente, em vários pontos do relatório, menciona algo que nós, CNA, temos vindo a mencionar, mas que, ao nível da PARCA, tem-se vindo a dizer que não existe.

VE – E que pontos são esses?

JMP – É que a Comissão Europeia salienta, de forma clara, quer na introdução, quer durante o próprio relatório, quer na parte das conclusões, que os agricultores são obrigados sistematicamente a vender abaixo dos seus custos de produção. Isto não são palavras nossas, são palavras da Comissão. E nós salientámos isso na reunião da PARCA.

VE – Mas isso é dumping, é uma prática ilegal.

JMP – É uma prática ilegal e nós temos vindo a dizer isso. Já quando foi a questão do leite [estudo setorial sobre a cadeia de valor do leite, apresentado à PARCA em setembro de 2023], o estudo do GPP demonstrava que havia períodos de tempo em que os produtores venderam abaixo do preço de produção. E nós temos vindo a insistir que, de facto, é preciso medidas que penalizem quem compra abaixo do preço de produção. Algo semelhante ao que já existe em Espanha. E defendemos que isso seja considerado e que quem adquire esses produtos abaixo do preço de produção seja penalizado. Porque a própria Comissão, na parte depois das conclusões do seu relatório, diz que devem ser tomadas medidas para que tal não aconteça e que devem ser explorados novos instrumentos específicos para estes fins. E até refere que já houve países que tomaram medidas relativamente a isto.

VE – Espanha, por exemplo? Em 2020, o Governo espanhol aprovou medidas urgentes para modificar a Lei da cadeia alimentar e proibir a venda abaixo do preço de compra.

JMP – Espanha é um exemplo, sim. E penaliza quem o pratica [dumping]. E nós, até



Nos relatórios anuais respeitantes a Portugal sobre as investigações às práticas comerciais desleais, a informação é insuficiente e, até, contraditória. Em 2023, por exemplo, foram abertas 13 investigações, mas o relatório aponta zero investigações em curso e zero investigações encerradas. Entre 2021 e 2024, não existe qualquer informação nos relatórios sobre os processos encerrados



nas reuniões que temos tido com o senhor ministro [da Agricultura] temos dito que há que olhar para a legislação espanhola e ver que de forma ela pode ser adotada em Portugal. Uma coisa é certa: algo tem de ser feito.

VE – Portugal tem autonomia para o fazer ou é necessária alguma alteração à diretiva?

JMP – Não necessita. A diretiva das práticas comerciais desleais tem um conjunto de disposições. E os países podem, depois, acrescentar medidas àquilo que está na diretiva. Portugal creio que até tem mais uma prática desleal [consagrada na lei] para além das que estão na diretiva. A diretiva não o impede. Espanha, aliás, tem-no feito. E até em termos de

investigações, o próprio relatório da Comissão Europeia salienta o empenho por parte dos diversos países a esse nível. E isso vê-se pelo número de investigações. Aquilo que o relatório diz é que, no total, entre 2021 e 2024, foram realizadas 4.610 investigações a nível da União Europeia, relativamente a práticas comerciais desleais. E, de facto, quando olhamos para este número, parece-nos muito pouco, para o período em causa. Agora, o que nós vemos é que, destas 4.610, quatro países têm 90% destas investigações.

VE – Portugal está entre estes quatro países?

JMP – Não. Portugal até pode não estar entre aqueles miseráveis que fizeram muito poucas investigações durante este período. Há 13 países que só fizeram cinco investigações. Por isso, há [países] piores do que nós, mas também não estamos entre os melhores, nem nos podemos orgulhar daquilo que foi feito. Nos relatórios anuais respeitantes a Portugal sobre as investigações às práticas comerciais desleais, a informação é insuficiente e, até, contraditória.

Em 2023, por exemplo, foram abertas 13 investigações, mas o mesmo relatório aponta para zero investigações em curso e zero investigações encerradas. Entre 2021 e 2024, não existe qualquer informação nos relatórios sobre os processos encerrados. O que é que aconteceram às 13 investigações? Ou eram encerradas ou estavam em andamento. Não se consegue sequer compreender. É uma coisa, não queria dizer miserável, mas... É que a própria Comissão diz, no seu relatório, que há poucas denúncias. Ora, há poucas denúncias porque os próprios produtores têm receio. O que as pessoas sentem é que vão correr o risco elevado ao fazerem uma denúncia sobre uma prática comercial desleal. E, para mais, quando sabem que, ao nível dos resultados, será difícil obter algum. Até das investigações abertas, não se sabe ao certo quais são os resultados. Por isso, a confiança na aplicação da diretiva em Portugal é quase nenhuma. O que nós defendemos é que haja um reforço de meios e da capacidade da ASAE e que ela seja mais proativa e não esteja só à espera das denúncias.

Rendimento da atividade agrícola pode cair 10,7% em 2025

No dia 12 de dezembro, o Instituto Nacional de Estatística divulgou uma primeira estimativa das contas económicas da agricultura durante o ano de 2025 e os números não são animadores. Eles apontam para “um decréscimo do rendimento da atividade agrícola”, em termos reais, por unidade de trabalho ano de (-10,7%), após dois anos com crescimentos significativos (17,3% em 2023 e 15,2% em 2024). Ainda assim, o VAB (Valor Acrescentado Bruto) deverá aumentar 1,2%, em termos nominais, e decrescer 5,4%, em termos reais.

O INE realça que, a confirmar-se, esta é uma “situação que não ocorria desde 2022”, apontando como causas “determinantes” o “acentuado decréscimo” dos subsídios à produção (-34,3%).

O decréscimo nominal da produção vegetal (-4,4%) decorre da diminuição em volume (-3,7%) e dos preços de base (-0,8%).



Com exceção dos vegetais e produtos hortícolas e dos frutos, a maioria dos produ-

tos vegetais deverá registar reduções em valor, diz o INE.

A produção de cereais, essa, “deverá diminuir 9,1% em volume”, com destaque para o “acentuado decréscimo do trigo (-25,5%), da cevada (-21,6%) e da aveia (-29,3%)”. Já as produções de milho e de arroz apresentam, ambas, uma redução de 5,0%.

O INE explica que a redução em volume da produção cerealífera em Portugal em 2025 foi agravada pelo decréscimo dos preços de base (-12,4%).

As condições meteorológicas adversas durante o período de desenvolvimento das culturas refletiram-se na diminuição da produção de cereais, refere o Instituto Nacional de Estatística. A única exceção é o centeio.

Aliás, mesmo ao nível dos parâmetros de qualidade, estes ficaram “aquém dos níveis habituais, especialmente na cevada”, o que levou a que houvesse um “dicionamento de parte da produção para a indústria de ração animal”, avança o INE.

Portugal não mediu o impacto do acordo UE-Mercosul.

“Dever-se-ia ter usado mais ciência”

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@grupovidaeconomica.pt

Vida Económica – No dia 9 de janeiro de 2026, o Conselho da União Europeia validou em Bruxelas um tratado de livre comércio com os países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), apesar do voto contra da França, Polónia, Áustria, Hungria e Irlanda e da abstenção da Bélgica. Portugal tem mais a ganhar ou a perder com este acordo?

José Diogo Albuquerque – Em primeiro lugar, há uma ressalva que é preciso fazer e que se prende com o interesse geoestratégico deste acordo, para a União Europeia e para Portugal, e as vantagens que ele traz num mundo com oscilações geopolíticas como as que estamos a ver, com guerras, com blocos económicos, com lideranças como a dos Estados Unidos a levantarem tarifas e a fazerem negociações diferentes do que estamos habituados. É claro que há muito tempo que há uma importância geoestratégica para o bloco da União Europeia, e para Portugal, de ter acordos [comerciais] estáveis com outros blocos económicos e com o Mercosul. Isso é um ponto.

VE – Em todo o caso, temos mais a ganhar ou a perder?

JDA – Infelizmente, acho que ninguém consegue responder, porque não houve, que eu saiba, uma avaliação económica ao impacto do acordo com o Mercosul para a agricultura portuguesa. São muito faladas as tarifas que vão ser reduzidas e, portanto, essa ausência de proteção. Também é falado o potencial que podemos ter, de passar a exportar mais vinho e azeite, por exemplo, que já tem tarifa a zero, e que pode haver uma série de possibilidades. São faladas as vantagens para as denominações de origem, as regras que se vão pôr, em termos de segurança alimentar, com o acordo, que agora nem sempre são aplicadas. São falados os impactos negativos que isto pode ter até para a carne, mas, na verdade, não houve uma quantificação. E existem formas de estimar, através de modelos económicos. A Comissão Europeia fez uma análise e uma estimativa dos impactos [Sustainability Impact Assessment and Position Paper on the EU-Mercosur Trade Agreement], mas só o fez para o bloco da União Europeia. É curioso, porque lá tem uns impactos estimados que não se estavam à espera. Estima-se, por exemplo, que pode haver um aumento do consumo da carne e um aumento do preço. Só que isso não se fez para Portugal.

VE – Para Portugal isso não está quantificado?

JDA – Não, para Portugal não está quantificado, nem no acordo, nem na

É inegável a “importância geoestratégica” para a União Europeia da assinatura do tratado de livre comércio com o Mercosul, mas a Comissão Europeia limitou-se a uma estimativa dos impactos para o bloco europeu. E Portugal também não avaliou, “em concreto para a agricultura”, as consequências da liberalização das relações comerciais com a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Em entrevista à “Vida Económica”, José Diogo Albuquerque, CEO do Agroportal e ex-secretário de Estado da Agricultura, lembra que “existem formas de estimar” esses impactos, “através de modelos económicos”. Portugal falhou nessa vertente. “Dever-se-ia ter usado mais ciência”.



José Diogo Albuquerque, CEO do Agroportal e ex-secretário de Estado da Agricultura.

análise de impacto da Comissão Europeia, nem a mim ou a qualquer jornalista, foi passada informação sobre isso. Pelo Agroportal não passou nenhum estudo quantificado, se usasse, por exemplo, um modelo económico de GTAP [Global Trade Analysis Project]. Algumas universidades portuguesas utilizam isto. Quando estive na Nova Zelândia era normal as universidades lá utilizarem. Na Lincoln University [instituição de ensino agrícola mais antiga do Hemisfério Sul localizada nos arredores de Christchurch num campus de 58 hectares] e que é o equivalente cá ao nosso Instituto Superior de Agronomia, é muito frequente usarem o GTAP e

modelos económicos para estimar, por exemplo, reduções de tarifas ou como a abolição da cota leiteira poderia ter impactos para a produção. O que é que eu quero dizer? Quer dizer que não chega a olhar para as tarifas e dizer ‘ah, isto vai ser um grande drama, porque vai haver uma importação muito maior de carne bovina’ ou, então, ‘isto vai ser uma grande oportunidade para o vinho’. É preciso também estimar até que ponto é que, baseado no que aconteceu no passado, qual é a capacidade de resposta do lado do Mercosul para aumentar a produção, com umas tarifas mais baixas, e, do lado da União Europeia, qual é o impacto que isso pode ter

no nosso mercado e, por outro lado, qual é o potencial que nós temos para utilizar as tarifas reduzidas, por exemplo no setor do vinho ou do azeite ou das frutas ou dos produtos lácteos.

VE – Realmente, os operadores do setor do vinho e do azeite e, até, do setor lácteo que eu já ouvi, apesar de falarem de uma oportunidade, não mostram um entusiasmo para ir além, até porque há um outro lado: não basta abolir as barreiras à exportação, é preciso conquistar os mercados e os consumidores dos países do Mercosul para que comprem os nossos produtos, não é?

JDA – Certo. Portanto, passando a parte da falta de utilização de ciência para estimar impactos de um acordo desta dimensão, com o horizonte temporal que ele tem – e já perdi a conta, são 20 e tal anos, quando eu comecei a trabalhar já se falava do acordo do Mercosul –, e chegar a este ponto e não ter esta modulação, acho uma pena. As pessoas estão a falar, a ver de onde vem o vento e estamos num achismo. Na verdade, dever-se-ia ter usado mais ciência, mais análises económicas para perceber estimativas de impacto, quer de oportunidades de mercado para as exportações, quer do impacto negativo que possa ter.

Portanto, esse é um ponto. O segundo ponto é que, sim, teremos oportunidades. O acordo com o Mercosul abre portas à oportunidade de exportar produtos portugueses em que somos competitivos e isso representa uma mudança na nossa agricultura, que não podemos desaproveitar. Eu sou favorável às oportunidades. Onde pudermos liberalizar, é melhor liberalizar, porque isto também expõe a agricultura portuguesa a perceber em que é que somos competitivos e em que é que não somos. E quando temos oportunidades de exportação e de reduzir 27% as tarifas no vinho e o vinho poder passar a exportar, estamos a falar de oportunidades que poderão ser criadas. O vinho, neste momento, está a atravessar uma crise de preço, mas, nos setores mediterrânicos, somos competitivos: no vinho, olival, nas frutas. E haver essa oportunidade maior, é positivo.

VE – Mas temos de olhar para a outra face da moeda.

JDA – Claro, também temos de olhar para os impactos que o acordo possa ter na carne. Agora, eles são assim tão grandes? O estudo da Comissão Europeia mostra que pode haver um aumento de 0,2% de preço, num cenário que eles consideraram como conservador, mas num cenário ambicioso, que era um corte maior de tarifas de 0,3%.

VE – Lá está, faltava uma análise científica aos impactos.

JDA – Faltava, sim, para dizer se Portugal ganha ou não. Eu sou favorável, normalmente, a funcionarmos em mercado global, podemos exportar e apostar nos setores que somos competitivos. E, se olharmos para o passado, também beneficiamos da liberalização e da desregulação de certas coisas de que éramos críticos. A verdade é que o desligamento das ajudas não levou só ao abandono, levou também a oportunidades para certos produtores que, por exemplo, tivessem investimento em infraestruturas coletivas como o regadio, para poderem passar de cereais para o olival super intensivo ou olival em sebe e começar a ganhar mais dinheiro. Portanto, onde pudermos liberalizar, acho que é positivo.

VE – Entretanto, na última semana, a Comissão Europeia criou um grupo de trabalho para reforçar os controlos nas importações e verificar se cumprem as normas da União, indo ao encontro das preocupações que tinham sido manifestadas até por aqueles que estão favoráveis ao acordo, como a CAP, a maior confederação de agricultores portugueses. Vê com bons olhos a criação deste grupo de trabalho?

JDA – Vejo. Vejo com bons olhos e estes grupos de trabalho por vezes têm resultados. Já houve um grupo de alto nível de funcionamento da cadeia alimentar e a verdade é que, uns anos depois, surgiu a diretiva sobre as práticas abusivas de comércio e isso foi positivo. Se a Comissão está a fazer isto, também porque está pressionada pelo envio do acordo ao Tribunal Justiça pelo Parlamento Europeu, não sei, vejo como positivo. Aliás, isto é uma oportunidade. E é uma vantagem que o acordo tem, que é ter este reforço do controlo da aplicação das regras de segurança alimentar da União Europeia, que são mais restritas que no resto do mundo, e aplicá-las ao Mercosul. Isto é um precedente para depois começar a poder fazer outros acordos.

Portanto, eu aqui vejo como uma vantagem. É um pouco como nas IGP [indicações geográficas protegidas] que, com acordos bilaterais de comércio, a União Europeia tem conseguido fazer o que não conseguiria a um nível multilateral, que é que se respeitem as denominações de origem e as indicações geográficas da UE. O caso do vinho Porto na África do Sul é um exemplo. Quando o acordo de comércio livre com a África do Sul foi assinado, conseguiu-se que a África do Sul eliminasse gradualmente a utilização do termo “vinho do Porto” e “Port”. Portanto, isto são vantagens que se conseguem com acordos.

VE – Em todo caso, não são avançados pormenores em relação à constituição deste grupo de trabalho. Não se sabe quem é que o vai constituir. Isto é uma lacuna que ainda está em cima da mesa?

JDA – Sim, temos de esperar para ver o que virá deste grupo de trabalho. Provavelmente pedirão aos Estados-membros que designem pessoas, terão alguém do Copa-Cogeca [estrutura que representa os agricultores e as cooperativas agrícolas na União Europeia], enfim, suponho que seguirão os modelos de outros grupos de trabalho que já tenham feito.

“**Temos mais a ganhar ou a perder com o acordo UE-Mercosul? Infelizmente, acho que ninguém consegue responder, porque não houve uma avaliação económica ao impacto do acordo com o Mercosul para a agricultura portuguesa. São muito faladas as tarifas e o potencial que podemos ter, de passar a exportar mais vinho e azeite, por exemplo. Seja como for, há um interesse geoestratégico deste acordo, para a UE e para Portugal**”

VE – Mas temos um revés. O Parlamento Europeu aprovou, a 21 de janeiro, em Estrasburgo, ainda que por uma escassa margem

– 334 votos a favor, 324 contra e 11 abstenções – a proposta de solicitar um parecer ao Tribunal de Justiça da União Europeia sobre a

Acordo UE-Índia: “Há sempre oportunidades” para Portugal

Depois de fechar o acordo com o Mercosul, a União Europeia formalizou na última semana, em Nova Deli, um acordo comercial com a Índia. Os setores agrícolas mais sensíveis – carne de bovino, frango, arroz e açúcar – ficam excluídos, mas os vinhos, bebidas espirituosas, cervejas, azeite, produtos de confeitaria e outros vão ter “acesso preferencial” a um mercado em rápido crescimento. José Diogo Albuquerque não tem dúvidas: “a UE está a querer apoiar-se em acordos bilaterais”. E “há sempre oportunidades” para Portugal.

Vida Económica – Que oportunidades pode haver aqui, nomeadamente para Portugal?

José Diogo Albuquerque – Pelo menos, ao nível agrícola, não nos vai afetar tanto, porque o arroz é posto de lado, os produtos sensíveis são postos de lado e, portanto, ao contrário do Mercosul, que integrava os produtos sensíveis, neste caso, acho que não vamos ter reações do setor orizícola, que já sofreu no passado por liberalizações e por importação de arroz basmati. Acho que vamos estar aqui mais tranquilos, desse lado. Oportunidades para o comércio, acho que há sempre e, à partida, não diria que vamos ser prejudicados. Houve aqui um acautelamento que é maior do que no caso do Mercosul.

VE – A Europa dá um sinal importante, também aos Estados Unidos?

JDA – Exatamente. A União Europeia está a mostrar que está a querer apoiar em acordos bilaterais, porque a multilateralidade está a ser posta em causa. Estão a acontecer coisas que nós não esperávamos, a nível de comércio internacional. Não esperávamos que íamos voltar a protecionismos. Há 5 anos ou 10 anos não esperaríamos que viria um país como Estados Unidos a levantar proteções à importação ou a aumentar as tarifas à importação. Confávamos muito na Organização Mundial de Comércio e no caráter multilateral dos acordos comerciais. E tudo isto está a ser posto em causa. Portanto, onde a UE se pode apoiar é nestes acordos bilaterais, com países como a Índia e blocos como o Mercosul. E acho que vamos ver muito mais a UE fixar-se com acordos bilaterais com blocos e a garantir uma independência dos Estados Unidos.

VE – Resta saber se Portugal aproveita estas oportunidades.

JDA – Sim, acho que pode conseguir, nomeadamente com o Mercosul. Há um trabalho muito grande, neste momento, a ser feito no azeite para investir no Brasil, por parte das empresas portuguesas. É verdade que já estão a fazer a importação a zero, mas outra coisa é ter um acordo com o Mercosul, que prevê tarifa zero. O caso do vinho também. Acho que vamos ter aqui a vantagem de que Portugal é competitivo em produtos mediterrâneos, que vão trazer mais valor à balança comercial. Não nos podemos esquecer que temos uma balança comercial negativa e o objetivo primordial de quem está no setor agrícola português, quer na gestão política, quer no setor associativo, quer nas próprias empresas em termos de decisões, é inverter isso.

base jurídica do acordo de parceria entre a UE e o Mercosul e do acordo comercial provisório. O presidente do Conselho Europeu, António Costa, veio, entretanto, dizer que o acordo podia ir sendo colocado em prática de forma provisória até o Tribunal se pronunciar. Tem a mesma opinião?

JDA – Bem, o presidente do Conselho, António Costa, disse isso e já foi desmentido pela Presidente da Comissão Europeia, que não o vai fazer. Ou seja, poder fazer, pode, mas acabaria por criar um problema institucional com o Parlamento Europeu. Então, o Parlamento decide, por maioria, enviar ao Tribunal de Justiça da União Europeia e a Comissão e o Conselho decidiam aplicar o acordo provisoriamente. Isto, em termos de funcionamento democrático das instituições, não me pareceria nada prudente, como postura. Agora, o próprio António Costa já foi desmentido. Poder [aplicar o acordo provisoriamente], pode, mas não vai acontecer. Parece-me que foi um comentário despropositado ou, pelo menos, não planeado.

VE – E que impactos é que isto pode ter na aplicação do tratado?

JDA – Em relação aos impactos, isto pode ir desde o mero atraso da implementação do acordo ou até o pode por em causa, porque se a conjuntura do acordo mudar daqui a seis meses ou um ano ou um ano e meio, o acordo pode ir por água abaixo. Isto é muito complicado. Este é um acordo cuja negociação já dura há 25 anos para ser aprovado. Basta haver alguma alteração geopolítica – e estamos a ver que se altera todos os dias – para poder pôr tudo em casa. Portanto, para quem queria muito o acordo, esta é uma oportunidade que pode estar perdida. Isto não é só o mero atraso, é a própria conjuntura poder-se alterar no tempo.

VE – O Parlamento Europeu pediu para o Tribunal se pronunciar sobre a legalidade do tratado. Do que se conhece do documento, pode haver algum problema de natureza jurídica que faça o Tribunal dar um parecer negativo?

JDA – Não tenho opinião. Isto é mesmo jurídico. Eu não sou jurista, muito menos opinião tenho. E mesmo um jurista duvido que tenha uma opinião concreta.

VE – O Tribunal não se vai pronunciar sobre questões políticas. O que foi pedido é que se pronuncie sobre a natureza jurídica do tratado e se viola, ou não, disposições comunitárias.

JDA – Exatamente. Vai ser uma análise completamente jurídica, quase formal, diria. Vamos pegar, por exemplo, na cláusula de salvaguarda que diz que, se os preços agrícolas europeus caírem mais de 5%, a Comissão inicia um processo de investigação para acautelar o setor. O Tribunal [de Justiça da União Europeia] vai verificar se, juridicamente, ao aplicar a cláusula de salvaguarda de 5%, é possível haver uma abertura de inquérito. O Tribunal vai, portanto, fazer uma análise completamente jurídica. Eu não tenho o conhecimento técnico para dizer se isto pode por em causa o acordo. A minha intuição diria que não. Diria que isto vai acontecer à mesma, mas é só uma mera intuição, mas, claro, esta é mesmo uma questão do foro jurídico.

União Europeia-Mercosul: “Há risco de concorrência desleal”

O acordo UE-Mercosul assinado pela presidente da Comissão Europeia em Assunção, no Paraguai, no dia 17 de janeiro de 2026, representa “oportunidades de exportação” para certos setores da economia nacional, mas pode apresentar “múltiplas ameaças ao mercado interno”. Nuno Serra, secretário-geral da CONFAGRI, interroga-se e lança a pergunta: “Os produtores do Mercosul têm as mesmas obrigações legais que os produtores europeus no que toca à produção alimentar?” É que se a resposta for negativa e não existir uma clara fiscalização nas fronteiras, “corremos o claro risco de, no espaço Mercosul, existir concorrência desleal”.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@grupovidaeconomica.pt

Vida Económica – A CONFAGRI afirmou que o acordo UE-Mercosul, “apesar de poder representar algumas oportunidades de exportação, pode, também, apresentar múltiplas ameaças ao mercado interno”. Que ameaças? O que é que pode correr mal para Portugal e para os seus agricultores?

Nuno Serra – Sempre que existam exigências e regras legais de produção diferentes, ou mesmo idênticas, mas que não sejam cumpridas por uma das partes, passa a existir distorção no mercado agroalimentar e concorrência desleal. Relembro que os agricultores europeus, ao longo destes últimos anos, foram obrigados a implementar regras ambientais,



Nuno Serra, secretário-geral da CONFAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal.

sanitárias, de bem-estar animal e, até, de condicionalidade social. Isso resultou na produção de alimentos mais sustentável do mundo, mas também condicionou os níveis de produtividade e aumentou exponencialmente os custos de produção relativamente aos outros blocos económicos. Se os produtos provenientes do Mercosul não tiverem a obrigatoriedade legal de cumprir com as mesmas regras ao nível de produção, e se não existir uma clara fiscalização nas fronteiras e durante a sua produção, corremos o claro risco de, no espaço Mercosul, existir concorrência desleal.

Na verdade, para entendermos esta obrigação imposta aos produtores europeus, basta-nos olhar para o Green Deal [Pacto Ecológico Europeu], que obrigou a mudar os modelos de produção a troco de uma agenda ambiental de combate às alterações climáticas que tinha como força motriz a mitigação dos custos carbóni-

cos e que, inevitavelmente, aumentou os custos de produção e reduziu, em alguns casos, a produtividade dos agricultores europeus.

Por isso, deverá ser rapidamente esclarecido: os produtores do Mercosul têm as mesmas obrigações legais que os produtores europeus no que toca à produção alimentar?

VE – Os produtos comercializados pelas cooperativas agrícolas e as adegas em Portugal – vinhos, azeites, frutas, leite/laticínios, entre outros – estão em condições de competir com os produtos dos países do Mercosul? E têm condições de alargar as suas exportações para aquela geografia?

NS – Os nossos produtos têm uma qualidade excelente. Se as regras legais de produção forem iguais para todos, não tenho dúvidas de que temos as melhores

condições para competir em qualquer mercado, com qualquer produto, de qualquer geografia.

Para além disso, os produtos portugueses são produzidos segundo as maiores exigências ambientais europeias e representam um menor custo carbónico em comparação com produtos vindos de mercados terceiros. Relembro que, nos últimos anos, a diminuição da pegada carbónica foi o grande desígnio europeu. Esse facto deve ser cada vez mais evidenciado nas campanhas de promoção e valorização da produção nacional. E tem de ser, a partir de hoje, um propósito e um compromisso inadiável do Governo português.

VE – A presidente da Comissão, Ursula Von der Leyen, prometeu antecipar 45 mil milhões do Fundo Intercalar da futura PAC para que os Estados-membros os possam utilizar a partir de 2028. A CONFAGRI exigiu ao Governo português que garanta que o montante destinado a Portugal seja direcionado para o setor agroalimentar. Qual é esse montante?

NS – A contabilização ainda não é certa, mas pode rondar os dois mil milhões [de euros].

VE – E de que forma deve ser direcionado para o setor?

NS – O valor deve ser canalizado para o desenvolvimento rural, nomeadamente na componente do investimento e, especialmente, nas intervenções que ficaram sem dotação e/ou fora do ring-fence [reserva obrigatória de uma parte do orçamento europeu para fins ambientais e climáticos específicos], mais particularmente inovação, conhecimento, bioeconomia, agroindústria e regadio, que são áreas essenciais para a competitividade do setor agroalimentar e para responder aos desafios de mercado que se avizinham.

Observatório da Vinha e do Vinho de fora da ViniPortugal

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@grupovidaeconomica.pt

A criação de um Observatório da Vinha e do Vinho, que tinha sido prometido pelo ministro da Agricultura, José Manuel Fernandes, em julho de 2024 para acompanhar a produção vitivinícola e os preços do setor, deverá ser criado na esfera do Instituto da Vinha e do Vinho (IVV) e não da ViniPortugal, como tinha sido noticiado em outubro.

Considerando “uma boa notícia para o setor”, que “há muito reclama a existência de um Observatório do Vinho”, Frederico Falcão, presidente da Organização Interprofissional do Vinho de Portugal, ficou, no entanto, surpreendido com o anúncio feito



Frederico Falcão, presidente da ViniPortugal.

pelo ministro da Agricultura, a 21 de janeiro, na Assembleia da República, quando disse que, afinal, o Observatório irá ser “criado pelo Instituto da Vinha e do Vinho”.

Frederico Falcão gostou de ouvir o ministro afirmar que “pretende envolver o setor”, o que também considera “essencial”, mas não deixou de alertar que, por exemplo, “em Espanha, esse Observatório está na [na esfera] Interprofissional do Vinho”.

Seja como for, se avançar agora, Frederico Falcão espera que o Observatório “envolva o setor, até porque a ViniPortugal tem muita informação sobre os mercados para onde se exportam vinhos”, acreditando que, “em conjunto” com o IVV, possam conseguir montar “um Observatório mais completo para responder às necessidades”.

Informações fornecidas pelo gabinete do ministro da Agricultura à agência Lusa dão conta de que “a iniciativa será liderada pelo IVV, com participação ativa das

entidades representativas do setor”. Visa monitorizar a evolução do mercado e ajudar a formular políticas públicas sólidas e ajustadas à realidade, garantir igualdade no acesso à informação por todos os agentes do setor e apoiar estratégias empresariais com base em dados fiáveis.

Frederico Falcão revelou, todavia, à “Vida Económica” que, apesar de estarem “em contacto com o IVV sobre o assunto”, “ainda não está definida a forma de constituir o Observatório”. E sobre o seu financiamento e manutenção, o presidente da ViniPortugal diz que, “até ao momento, tanto quanto sabemos, nada está definido”. Em todo o caso, “ficando [o Observatório] na esfera do IVV, deduzo que será [financiado] com verbas do próprio Instituto”.

Acordo UE-Mercosul será “seguramente positivo para o setor vitivinícola”

Pese embora o revés de o Parlamento Europeu ter votado, a 21 de janeiro, a favor do envio do acordo comercial UE-Mercosul para o Tribunal de Justiça da União Europeia, o presidente da Associação das Empresas de Vinho do Porto (AEVP) não quer acreditar que, chegados a este ponto, a UE vá “desperdiçar todo o investimento feito ao longo dos últimos 25 anos na negociação” do tratado. António Marquez Filipe está otimista. Diz que a abolição, a prazo, de taxas aduaneiras traz “boas perspetivas” para a exportação de vinhos do Porto e DOC Douro para aquela geografia da América Latina.



António Marquez Filipe, presidente da Associação das Empresas de Vinho do Porto (AEVP).

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@grupovidaeconomica.pt

As exportações de vinhos DOC Douro e Porto para os países do Mercosul valerem, em 2025, até novem-

bro, 11 milhões de euros. Nesse total, o vinho do Porto representou 3,5 milhões e os vinhos DOC Douro valerem 7,5 milhões. Ao todo, foram expedidas 233 mil caixas de nove litros (63 mil de vinho do Porto e 170 mil de vinhos DOC Douro).

Atualmente, nas exportações para os países do Mercosul, o vinho está sujeito a direitos aduaneiros entre 18% e 35%. A questão se coloca é que que ganhos reais podem advir - para os vinhos DOC Douro e para o vinho do Porto - da abolição destas taxas e se há, de facto, boas perspetivas de reforço das vendas destes vinhos para aquela geografia da América Latina.

O presidente da Associação das Empresas de Vinho do Porto (AEVP) não tem dúvidas de que um acordo de comércio livre com os países do Mercosul “será seguramente positivo para o setor vitivinícola nacional”. E o Brasil, que é “um mercado muito relevante”, suscita um apetite especial, por ser “um mercado natural para os vinhos portugueses”. O firmar deste trato comercial com a União Europeia e o desmantelamento das barreiras impostas por direitos aduaneiros elevados pode, pois, fazer “registrar um crescimento assinalável” nas exportações para aquela geografia, muito em particular para o Brasil.

Europa não deve “desperdiçar” acordo UE-Mercosul

António Marquez Filipe sabe que, no Brasil, os vinhos oriundos de Portugal já

beneficiam de “um reconhecimento muito significativo”, em resultado de muitos anos de trabalho por parte das empresas portuguesas e do conhecimento que muitos brasileiros foram adquirindo, no Brasil e em viagens a Portugal, sobre os nossos vinhos e as suas características únicas.

Agora, “naturalmente que o trabalho de promoção terá de continuar a ser feito e até incrementado”, avisa o presidente da AEVP, reconhecendo embora que “as perspetivas são francamente animadoras” a prazo, visto que só daqui a oito anos é que todos os direitos alfandegários serão eliminados.

Há, contudo, um revés. O Parlamento Europeu votou, no dia 21 de janeiro, a favor do envio do acordo comercial UE-Mercosul para o Tribunal de Justiça da União Europeia, que está sediado no Luxemburgo e que tem a missão de assegurar a interpretação e aplicação uniforme do Direito da UE em todos os Estados-membros.

O presidente da AEVP não quer acreditar que estejam perante uma oportunidade perdida. António Marquez Filipe quer “acreditar que, chegados a este ponto, a União Europeia não desperdiçará todo o investimento feito ao longo dos últimos 25 anos na negociação de um acordo, bilateralmente positivo”.

Portugal precisa de um “plano de apoio à promoção do azeite” no Mercosul

No dia 9 de janeiro de 2026, o Conselho da União Europeia validou em Bruxelas o tratado de livre comércio com os países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai). Do ponto de vista da fileira do olival e do azeite, o acordo “é bastante positivo”, assume o olivicultor de Mirandela, Francisco Ataíde Pavão, que é também vice-presidente da CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal. Porém, é preciso que a Associação Interprofissional da Fileira Olivícola (AIFO) disponha dos instrumentos financeiros para promover o azeite de Portugal no Mercosul e, com isso, “reforçar a internacionalização desta fileira”.



Francisco Ataíde Pavão, olivicultor e vice-presidente da CAP.

Silva, que oficializou essa isenção – também para a carne e o café - com o objetivo de conter a inflação e reduzir o preço final ao consumidor.

Mas essa isenção de taxas aduaneiras “pode desaparecer de um dia para o outro”, avisa o olivicultor e vice-presidente da CAP, em declarações à “Vida Económica”. Daí a importância do acordo firmado entre a União Europeia e os países do Mercosul, que promove esta exclusão de taxas e mantém a atratividade deste mercado da América Latina para o azeite nacional.

“O Brasil, é um dos principais mercados de destino do azeite de Portugal, pelo que, com este acordo promovem-se novas oportunidades para os produtores portugueses, quer para aqueles que já estão presentes no mercado do Brasil, quer para os que a

partir de agora pretendam exportar” para lá, afirma Francisco Pavão.

Agora, Portugal não é o único país a exportar azeite para o Brasil e para os restantes países do Mercosul. Com a entrada em vigor do acordo UE-Mercosul, os restantes produtores europeus estarão a competir naquele mercado e “irão também aproveitar os benefícios deste acordo”.

Por todas estas razões é necessário “criar um plano concreto de apoio à promoção do azeite de Portugal no Mercosul”, afirma o olivicultor. Só assim se conseguirão “aproveitar plenamente as possibilidades que se abrem com este acordo”. E, com isso, “reforçar a internacionalização desta fileira”, criando valor económico e promovendo a agricultura portuguesa e, em particular, o azeite nacional “num espaço onde a língua e a cultura constituem uma vantagem estratégica significativa”.

Portugal sem extensão de norma para financiar a promoção

O também vice-presidente da CAP deixa outra nota, alertando que “o desaparecimento de taxas contribuirá para uma maior apetência da população pelo azeite, em detrimento de outros óleos”. É por isso que defende que a criação deste plano de promoção do azeite português “não deverá ser exclusiva para o Mercosul”.

O plano “deve abranger outros merca-

dos”, afirma Francisco Pavão, acreditando que, com a implementação da Associação Interprofissional da Fileira Olivícola (AIFO), há “condições para, com o apoio do Governo, se concretizar este desiderato a muito curto prazo”.

Recorde-se que, em Portugal a associação interprofissional do setor olivícola é a AIFO, que foi criada em 2006, mas que apenas foi formalmente reconhecida a 9 de dezembro de 2015 e, volvidos mais de 10 anos, ainda não viu publicada pelo Governo uma extensão de norma que obrigue os agentes do setor, da produção ao comércio, a financiarem a internacionalização e a promoção do azeite português.

Pelo contrário, em Espanha a *Interprofissional del Aceite de Oliva Español* foi constituída em 2002 e em 2003 foi reconhecida pelo Ministério da Agricultura, Pesca e Alimentação espanhol.

A partir de 2007, a atividade desta organização registou progressos significativos, com a definição conjunta de uma estratégia para garantir o presente e o futuro do setor do azeite, que envolve olivicultores, lagares, operadores, refinadores, embaladores e exportadores. A contribuição financeira do setor está fixada em seis euros por tonelada de azeite produzido e comercializado em território espanhol. Desse valor, três euros correspondem à contribuição económica da produção e da transformação e os restantes três euros provêm dos agentes do marketing e do embalamento.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@grupovidaeconomica.pt

Francisco Pavão sabe que, desde março de 2025, o azeite virgem extra que é exportado da União Europeia para o Brasil tem “taxa zero”, devido à sua inclusão no “cabaz alimentar” implementado pelo governo federal liderado por Lula da

Vacarias, estufas e explorações de suínos arrasadas pela tempestade Kristin



As estufas do viveiro Germiplanta, na Aroeira, Leiria, ficaram destruídas.

Mais de uma semana depois da passagem da tempestade Kristin por Portugal e, em especial, pela região Centro, os prejuízos ainda são difíceis de medir. Na agricultura, agropecuária e nas florestas, os proprietários fazem contas à vida. Há estufas e viveiros de plantas destruídos, vacarias cujas coberturas foram pelos ares e múltiplas explorações de suínos alagadas e, nalguns casos, isoladas. A Federação Portuguesa de Associações de Suinicultores (FPAS) já reuniu com o ministro da Agricultura. Os prejuízos são superiores a “220 milhões de euros”.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@grupovidaecoomica.pt

A Federação Portuguesa de Associações de Suinicultores (FPAS) reuniu na última terça-feira, 3 de fevereiro, com o ministro da Agricultura, José Manuel Fernandes e com a diretora-geral de Alimentação e Veterinária, Susana Pombo, para avaliar a situação no setor suinícola e apresentar as primeiras estimativas de prejuízos e as principais carências. Nesta quarta-feira à tarde, o ministro foi a Leiria. Reuniu com os suinicultores para “apresentar os mecanismos financeiros de apoio que estão à disposição do setor, nomeadamente aqueles que foram apresentados pelo ministro da Economia”.

Este foi o ponto de situação feito à “Vida Económica” pelo secretário-geral

da FPAS, João Bastos, no dia do fecho da edição do “AgroVida”, revelando ainda que o Ministério da Agricultura “irá trabalhar na alteração da linha de apoio ao restabelecimento do potencial produtivo para abranger a suinicultura”.

Uma coisa é certa: “Neste momento, temos cerca de metade do efetivo nacional (1,06 milhões de porcos) em condições precárias ou de carência extrema”, diz João Bastos. “Temos registo de sinistros em 283 explorações”, com “foco principal em Leiria”, embora haja “múltiplos prejuízos nas zonas de Alcácer do Sal, Grândola, Montijo, Sertã e Cartaxo”.

A primeira estimativa de prejuízos é “na ordem dos 220 milhões de euros”, avança o secretário-geral da FPAS, frisando que é um montante provisório, pois “ainda há muita gente na zona de Leiria por contactar”.



Vacaria destruída em Rio Maior.

Suinicultura: prejuízos superiores a 220 milhões

Questionado sobre as medidas prometidas pelo Governo, o responsável da FPAS adiantou que o ministro José Manuel Fernandes “admitiu que o apoio de 10 mil euros por beneficiário é pouco. Nós [FPAS] solicitámos que a linha de crédito pudesse ter moratórias dilatadas, tendo em conta o perfil do setor”. É que, “desde que se volta a meter uma porca numa exploração, só passados 8/9 meses essa exploração está a colocar porcos no mercado”. As moratórias, deveriam, pois, ser “semelhantes ao período da covid (um ano)”.

Não está fora de questão. “O ministro [da Agricultura] comprometeu-se a levar essa questão à banca, seria um desafio de tesouraria importante”, assume o secretário-geral da FPAS. Se é certo que “as explorações englobadas em grandes grupos têm uma carteira de seguros robusta, as pequenas estruturas ou não têm ou têm coberturas insuficientes”.

Quanto aos animais atingidos, “os matadouros estão a dar boa resposta”, revela João Bastos, que “enaltece o esforço dos serviços oficiais que destacaram inspetores sanitários para trabalhar ao fim de semana”. O mesmo reconhecimento vai para os “supermercados”, que “estão a ter uma boa resposta e a receber carne

proveniente de animais em zonas afetadas”.

“Não vai haver escassez de carne”

E os consumidores podem ficar tranquilos. “Não vai haver escassez [de carne de suíno] nem razão para aumento de preços”. João Bastos diz que “a quebra de produção nacional será mais do que compensada pela produção espanhola, que está com muitas dificuldades em exportar por causa da peste suína africana na Catalunha”.

À parte das explorações suinícolas, há estufas e viveiros de plantas destruídos – o da Germiplanta, na Aroeira, Leiria, por exemplo – e vacarias cujas coberturas foram pelos ares. Em Monte Redondo, no concelho de Leiria, a cobertura da vacaria foi arrancada pelo vento e caiu em cima das vacas.

Carlos Neves, secretário-geral da Associação dos Produtores de Leite de Portugal (APROLEP), fala em “danos avultados” para os agricultores e produtores de leite da região de Leiria e Santarém. E apela ao Governo para que “rapidamente disponibilize apoio à reconstrução e reparação das construções afetadas, para salvaguardar a segurança dos trabalhadores e o bem-estar dos animais”.



Vacaria destruída em Monte Redondo, no concelho de Leiria.